

Bresser, apesar de tudo, volta mais otimista

SÃO PAULO — Apesar de reconhecer que “nenhum banqueiro vai ser louco de assinar um acordo amanhã (hoje)” e que alguns credores continuam irritados com a moratória, o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, mostrava-se muito otimista ao chegar ontem a São Paulo, principalmente por considerar que existe atualmente maior aceitação de suas idéias no mercado financeiro internacional, em especial do Secretário do Tesouro americano, James Baker III.

Dando a entender que houve uma cooptação das propostas brasileiras sobre a necessidade de reduzir a dívida, através de sua transformação em títulos de longo prazo com juros fixos e da conversão em capital de risco, o Ministro garantiu ter havido avanço e que entramos em uma nova etapa na história da dívida externa. As negociações, segundo ele, ainda demorarão e “cada parte terá de ceder um pouco”.

Bresser Pereira comentou ter conversado com os Presidentes dos principais bancos credores e que nenhum deles falou em retaliações contra o Brasil. Apesar de não descartar a possibilidade, ele disse nos créditos de exportação e importação e depósitos interbancários do País ou outra medida semelhante.

Ele admitiu, no entanto, que existe uma certa desconfiança dos credores em relação à política econômica brasileira e que a sua impressão é de que “eles estão confusos”.

— As discussões com os credores vão levar vários meses e o importante, em relação a 26 de outubro (quan-

do haverá reclassificação do conceito do Brasil como país devedor pelos bancos americanos), é que até lá estaremos negociando, com vontade e disposição de chegar a um acordo. Eles não precisam desclassificar a dívida brasileira.

O Ministro afirmou ainda que o Brasil não fará nenhum pagamento simbólico e que a moratória só será suspensa quando houver acordo com os bancos. E explicou que o País pode recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para aumentar suas reservas, mas só depois de conseguir dinheiro novo com os credores. O que está sendo discutido, destacou Bresser, é o volume do dinheiro novo. O Brasil reivindica novos empréstimos de US\$ 10 bilhões (cerca de CZ\$ 500 bilhões), com taxa de risco (**spread**) zero.

Para Bresser Pereira, a crise da dívida externa entra agora em sua terceira fase. A primeira foi entre 1983 e 1984, quando a palavra de ordem era austeridade e, no Brasil, isso sig-



O Ministro Bresser Pereira, na chegada a São Paulo

nificava recessão. A segunda teria sido em 1985, quando prevaleceu a idéia do Plano Baker (do Secretário do Tesouro americano), de ajustamento com crescimento. E, agora, continua Bresser, começa-se a perceber que a questão da dívida é um problema grave e ela precisa ser reduzida.

— Na reunião conjunta do FMI com o Banco Mundial, no domingo, o Secretário Baker defendeu propostas idênticas às brasileiras. Se apropria-

ram das minhas idéias, tornando-as menos agressivas. Na segunda-feira, o Presidente do Banco Mundial seguiu raciocínio semelhante e defendeu uma solução nova para a dívida. O próprio Baker chegou a afirmar que o FMI precisa ser mais flexível e que os bancos privados não deveriam ficar na dependência do Fundo — comentou o Ministro.

Acrescentou que o Secretário do Tesouro afirmou que haveria dificuldades com os Ministros da Economia de outros países, mas garantiu que conversou com os representantes da Inglaterra, Alemanha, França e Itália e todos teriam dito que não iriam insistir com os bancos para que não fizessem acordos antes de um entendimento do Brasil com o FMI.

Segundo o Ministro, foi a própria realidade do mercado que causou a mudança de mentalidade, embora acredite que ele (Bresser Pereira) possa ter contribuído para isso. Na sua opinião, os países devedores não têm condições de pagar e, em consequência, “os credores têm de entender que o crédito que temos não vale”, até porque a desvalorização das ações dos bancos internacionais seria proporcional aos empréstimos que não receberam dos devedores.

Apesar de reconhecer que a crise política brasileira é um problema que causa dificuldades ocasionais às negociações, o Ministro defendeu a tese de que os credores não teriam por que se preocupar com a Constituição. Para ele, já existem metas básicas para a Constituição, garantindo que “não vamos criar nenhuma dificuldade aos investimentos estrangeiros no Brasil”.